

**RELATÓRIO RESUMO DE ATIVIDADES DOS
COMITÊS PCJ E SUAS RESPECTIVAS CÂMARAS
TÉCNICAS
2015**

**SITUAÇÃO DA GESTÃO NAS
BACIAS PCJ**

1. Comitês das Bacias PCJ - Comitês PCJ

Seu objetivo é promover debates e estabelecer metas e ações para o ideal gerenciamento dos recursos hídricos compreendidos em sua área de abrangência. Para tanto, é fundamental que os Comitês PCJ ajam da forma como vêm sendo feito: integrados, sem discrepâncias em relação aos níveis qualitativos ou quantitativos das respectivas bacias.

Buscando sempre a convergência das decisões desses colegiados, como forma de garantir o desenvolvimento e a continuidade da gestão dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, a gestão é descentralizada e participativa. Entre outros pontos relevantes que marcam a história dos Comitês PCJ, está a forte participação da comunidade que pode se integrar aos Comitês por meio de suas 12 Câmaras Técnicas.

Imagem 1 - Composição dos Comitês PCJ



Fonte: Secretaria Executiva dos Comitês PCJ

1.1 Em Termos Práticos

Os Comitês das Bacias PCJ permitem a descentralização das tomadas de decisões pelos governos federal e estaduais de São Paulo e Minas Gerais; seus membros se reúnem três ou quatro vezes ao ano para discutir e decidir sobre as questões relativas à gestão e aos usos múltiplos dos recursos hídricos na sua área de atuação, além de dar prioridades na aplicação de recursos financeiros oriundos das Cobranças pelo Uso dos Recursos Hídricos e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos Fehidro, no Estado de São Paulo.

Os Comitês de Bacias não possuem personalidade jurídica, portanto, não têm CNPJ, bens e funcionários, utilizando estruturas físicas e equipe técnica de seus membros (órgãos estaduais, municipais, ONGs etc.) por meio das Câmaras Técnicas. Trata-se de um colegiado com caráter deliberativo e que tem seu Plano de Bacia como o grande instrumento de gestão onde constam as ações a serem executadas, os respectivos custos e prazos.

Os comitês de bacias hidrográficas de rios de domínio da União possuem a seguinte composição: representantes do poder executivo federal, estaduais e municipais (máximo 40%); representantes dos usuários (40%); e representantes de organizações civis (mínimo 20%). A composição dos Comitês de Bacias Hidrográficas de rios de domínio estadual é regulamentada pelas respectivas leis de cada estado. No Estado de São Paulo, os Comitês de Bacia são tripartites, sendo: poder executivo estadual (1/3); poderes executivos municipais (1/3) e sociedade civil (1/3). O segmento da sociedade civil é dividido entre os usuários, ONGs, universidades, sindicatos e associações técnicas. Em Minas Gerais, os Comitês de Bacias possuem quatro segmentos com igual número de votos: poder executivo estadual (1/4); poder executivo municipal (1/4); usuários de recursos hídricos (1/4) e organizações civis (1/4). Os Comitês PCJ, por representarem um conjunto de três Comitês de Bacias (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH- PJ) possuem um plenário diferenciado e integrado, decorrente da composição dos plenários de cada um desses Comitês, conforme mostra a Imagem2.

Imagem 2: Organograma dos Comitês PCJ



Fonte: Secretaria Executiva dos Comitês PCJ

Nota 1

Os Comitês PCJ apresentam em sua estrutura, seus respectivos plenários (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH- PJ), que trabalham de forma integrada e é a instância máxima deste colegiado para a tomada de decisões sobre a gestão de recursos hídricos nas Bacias PCJ. A diretoria é integrada para os três Comitês (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ).

A Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, atua como instância preliminar na apreciação de programas de ação, financiamentos e assuntos de interesse regional e na proposição para a priorização de projetos, obras e ações voltados

a gestão dos recursos hídricos.

A estrutura dos Comitês PCJ conta com mais 11 Câmaras Técnicas, que subsidiam as decisões dos plenários, em particular os trabalhos das próprias câmaras, grupos técnicos e da secretaria executiva no âmbito das Bacias PCJ.

A Fundação Agência das Bacias PCJ, exerce o papel de Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, fornecendo suporte técnico, administrativo e gestão financeira dos recursos arrecadados com as Cobranças PCJ e Fehidro.

2. A Atuação dos Comitês PCJ em 2015

Os Comitês PCJ vêm trabalhando na gestão dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, aperfeiçoando, a cada ano, o conjunto de procedimentos que fornece as diretrizes gerais, subsidiando assim as tomadas de decisões e gerenciando os conflitos dentro de sua unidade hidrográfica.

2.1 As Reuniões dos Comitês PCJ

São realizadas, em média, três reuniões anuais da instância máxima nas Bacias PCJ, que são as chamadas plenárias dos Comitês PCJ. Estas, se configuram como as principais orientadoras para a implantação de um processo decisório participativo a fim de assegurar benefícios para toda a coletividade. Nesses encontros, são deliberadas todas as ações, regras e compromissos que as Câmaras Técnicas, tomadores de recursos, prefeituras, serviços de saneamento, empresas, ONGs e diversos membros da sociedade civil organizada deverão cumprir frente à preservação e conservação dos recursos hídricos da nossa região.

Confira, abaixo, quadro com as datas e os locais de realização das quatro Reuniões Ordinárias e Extraordinárias dos Comitês PCJ realizadas em 2015.

Data	Município
27 de março	Piracicaba (SP)
12 de agosto	Bragança Paulista (SP)
23 de outubro	Atibaia (SP)
04 de dezembro	Piracicaba (SP)

Essas reuniões marcaram a análise, aprovação e ratificação de pontos importantes discutidos no âmbito dos Comitês PCJ, que foram:

- Eleição e posse de membros e diretoria, do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL para o mandato 2015-2017;
- Criação do GT “Operação Estiagem 2015”;
- Apreciação dos Planos de Trabalhos Anuais (PTA) das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ;
- Deliberação da transferência de recursos de investimento do Fehidro, orçamento de 2015, para realização do XIII Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos;
- Apresentação do Relatório Anual da Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ 2015 - ano base 2014;
- Autorização à Fundação Agência das Bacias PCJ - Agência PCJ a celebrar convênio com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), para repasse e utilização dos recursos financeiros oriundos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos de domínio do Estado de Minas Gerais (Cobrança PCJ Mineira);
- Indicação de programas e subprogramas para o processo de consulta pública do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) sobre as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos;
- Apreciação do parecer da CT-OL sobre pedido de mudança da classe de rios, feito pela Prefeitura Municipal de Vargem;
- Definição do cronograma e regras para seleção de empreendimentos de demanda espontânea (projetos municipais sem relação com iniciativas dos Comitês PCJ) visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos do Fehidro e das Cobranças PCJ (Federal, Paulista e Mineira) pelo uso dos recursos hídricos, referentes ao orçamento de 2016;

- Aprovação do Plano de Trabalho e Previsão Orçamentária da Fundação Agência das Bacias PCJ para o exercício 2016;

- Aprovação da Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ;

- Referendado Parecer Técnico do GT-Empreendimentos sobre o empreendimento Projeto de Implantação da Interligação entre as Represas Jaguari (Bacia do Paraíba do Sul) e Atibainha (Bacias PCJ);

- Referenda a Proposta Substitutiva de Minuta de Deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo (CRH) sobre os procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança, dos usuários urbanos e industriais, pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo;

- Aprovação da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ;

- Discussão e manifestação sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira, em 2015;

- Eleição de membros para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ;

- Revisão das atribuições das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ;

- Apreciação das propostas do GT-Critérios: Distribuição de Recursos 2016.

2.2. CÂMARAS TÉCNICAS DOS COMITÊS PCJ

As Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ foram criadas por meio de deliberações específicas dos plenários dos Comitês PCJ para um determinado fim, e são regidas por normas gerais instituídas pelos plenários e

por seus respectivos regimentos internos. Atualmente, os Comitês PCJ contam com 12 Câmaras Técnicas, formadas por equipes colegiadas, de caráter consultivo, podendo ser permanentes ou transitórias, compostas por membros representantes de órgãos ou entidades com ou sem participação nos plenários dos Comitês PCJ formalmente indicados.

Contam, ainda, com grupos de trabalho ou grupos de acompanhamento que discutem, analisam, acompanham e consolidam diversos projetos e atividades específicas.

2.2.1 CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO

No âmbito dos Comitês PCJ, foi constituída a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) que deve acompanhar a realização e o desenvolvimento de estudos e atividades por solicitação dos plenários, e manifestar-se sobre questões de caráter institucional, atuando como instância preliminar dos Comitês PCJ. Também tem o objetivo de promover a integração e articulação das ações das demais Câmaras Técnicas, bem como a de consolidar propostas a serem submetidas aos plenários dos Comitês PCJ, oriundas dessas Câmaras Técnicas.

No ano de 2015, a CT-PL realizou três reuniões ordinárias e três reuniões extraordinárias, em municípios das Bacias PCJ, conforme abaixo:

Entres os temas de maior relevância discutidos na CT-PL, estiveram:

<i>Data</i>	<i>Reunião</i>	<i>Município</i>
<i>06 de março</i>	<i>60ª Reunião Ordinária</i>	<i>Bragança Paulista (SP)</i>
<i>08 de maio</i>	<i>61ª Reunião Ordinária</i>	<i>Americana (SP)</i>
<i>16 de junho</i>	<i>45ª Reunião Extraordinária</i>	<i>Piracicaba (SP)</i>
<i>31 de julho</i>	<i>46ª Reunião Extraordinária</i>	<i>Jundiaí (SP)</i>
<i>01 de outubro</i>	<i>47ª Reunião Extraordinária</i>	<i>Campinas (SP)</i>
<i>06 de novembro</i>	<i>62ª Reunião Ordinária</i>	<i>Holambra (SP)</i>

- Apreciação de resultados da pré-qualificação dos empreendimentos de demanda espontânea (Fehidro e Cobranças PCJ 2015) e análise de recursos sobre o processo do mesmo;

- Definição de prioridades de ações com recursos da cobrança em atendimento a Resolução CNRH nº 97, de 17 de dezembro de 2008;

- Análise do pedido da Prefeitura Municipal de Vargem sobre o reenquadramento de trechos do Rio Jaguari compreendidos entre a divisa do Estado de Minas Gerais e a entrada na Represa Jaguari e da saída da Represa Jaguari até a divisa dos Municípios de Vargem e Bragança Paulista;

- Solicitação da CT-EA para alteração no seu plano de trabalho incluindo parceria com o Consórcio PCJ na realização de encontros sobre eventos extremos nas Bacias PCJ;

- Ratificação da aprovação dos Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ;

- Instituição da “Operação Estiagem - 2015” nas Bacias PCJ;

- Apreciação da revisão das atribuições das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ;

- Apreciação de Proposta Substitutiva da Minuta de Deliberação do CRH sobre os procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança, dos usuários urbanos e industriais, pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo;

- Apreciação de possibilidade de convênio da Fundação Agência das Bacias PCJ - Agência PCJ com o Igam, para repasse e utilização dos recursos financeiros oriundos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos de domínio do Estado de Minas Gerais (Cobrança PCJ Mineira);

- Constituição do GT-Critérios para

definição das regras para distribuição de recursos da Cobranças PCJ e Fehidro - exercício 2016;

- Apreciação de proposta de minuta de deliberação sobre Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ;

- Apreciação da atualização de valores do PAP-PCJ;

- Renovação dos Membros da Comissão Editorial da TV PCJ;

- Apreciação de Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 02/2015, sobre o empreendimento: “Projeto de Implantação da Interligação entre as Represas Jaguari (Bacia do Paraíba do Sul) e Atibainha (Bacias PCJ) (Processo IMPACTO 113/2014), a ser implantada pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) nos municípios de Nazaré Paulista, Igaratá e Santa Isabel”;

- Transferência de recursos de investimento do Fehidro, orçamento de 2015, para realização do XIII Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos”;

- Discussão e apreciação das propostas do GT-Critérios: Distribuição de Recursos do Fehidro e Cobranças PCJ - exercício 2016;

- Definição de cronograma para discussão e apreciação de proposta sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira e composição do GT-Renovação;

- Apreciação do Termo de Referência para a revisão do Plano de Bacias PCJ 2010-2020;

- Apresentação do Relatório Anual da Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ 2015 - ano base 2014;

- Manifestação da Replan referente aos termos da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 58, de 12 de dezembro de 2006, que “Aprova Parecer Técnico sobre o empreendimento “Modernização da Refinaria de Paulínia - Replan/Petrobrás”.

2.2.1.1 Grupo de Trabalho Empreendimentos - GT-Empreendimentos

No âmbito da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) foi formado o GT-Empreendimentos, que se reúne mensalmente para coordenar e consolidar a análise dos empreendimentos que são encaminhados aos Comitês PCJ, nos termos da Resolução SMA nº 54, de 30 de julho de 2008, da Deliberação CRH nº 87, de 28 de outubro de 2008 do Estado de São Paulo, e da Deliberação Normativa CERH-MG nº 31, de 26 de agosto de 2009, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais.

O GT-Empreendimentos é formado pelos coordenadores e coordenadores adjuntos das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, pelo secretário executivo e secretários executivos adjunto dos Comitês PCJ e por convidados, que são: secretarias das Câmaras Técnicas e técnicos da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e Igam, quando se faz necessário.

Os empreendimentos encaminhados para os Comitês PCJ e analisados em 2015 foram:

- Modernização da Refinaria de Paulínia - Replan/Petrobrás;
- Residencial Quinta das Águas, Valinhos;
- Interligação das Represas Jaguari e Atibainha, Nazaré Paulista / Igaratá / Santa Isabel;
- Implantação do Aterro Sanitário da Central de Tratamento de Resíduos - CTR Palmeiras, Piracicaba;
- Implantação do contorno de Itatiba – Interligação das Rod. Romildo Prado (SP-63) e Engº Constâncio Cintra (SP-360) à Rodovia Dom Pedro (SP-065), Piracicaba;

- Implantação das Barragens Pedreira e Duas Pontes, em Campinas, Pedreira e Amparo;

- Projeto Urbanístico Loteamento Residencial Haras Patente 2, Jaguariúna;

- Implantação do Loteamento Campo Verde, Jarinu.

O Grupo também realizou análise das complementações do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do empreendimento “Residencial Quinta das Águas”. Além de analisar o atendimento das condicionantes da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 58, de 12 de dezembro de 2006, referente a “Modernização da Refinaria de Paulínia - Replan/Petrobras”.

2.2.1.2 Grupo de Trabalho “Operação Estiagem 2015” - GT-Estiagem 2015

Considerando as possibilidades de prolongamento da estiagem atípica que ocorreu nas Bacias PCJ no ano de 2014, na qual as chuvas ocorreram abaixo das mínimas históricas, ocasionando principalmente, as baixas vazões nas calhas dos corpos d’água da região. Para o desenvolvimento da “Operação Estiagem PCJ - 2015” foi constituído Grupo de Trabalho para coordenação dos mesmos, denominado GT- Estiagem 2015, cuja atuação iniciou em 19 de junho de 2015 e foi encerrada no dia 26 de novembro de 2015.

O GT-Estiagem 2015 é composto pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, pelos coordenadores de seis Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ: Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA); Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID); Câmara Técnica do Uso da Água no Meio Industrial (CT-IND); Câmara Técnica do Uso da Água no Meio Rural (CT-Rural); Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH); Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) e Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB).

Além deles, de um representante de cada uma das seguintes entidades representativas dos setores usuários: Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Sindicato Rural de Campinas, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Sabesp e Consórcio PCJ. E, ainda, temos como entidades convidadas, a ARES-PCJ e a ARSESP. Durante o período de trabalho foram realizadas cinco reuniões desse Grupo, conforme segue:

<i>Data</i>	<i>Reunião</i>	<i>Município</i>
19 de junho	1ª Reunião Ordinária	Santa Bárbara D'Oeste (SP)
26 de junho	1ª Reunião Extraordinária	Limeira (SP)
21 de agosto	2ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
02 de outubro	3ª Reunião Ordinária	Hortolândia (SP)
26 de novembro	4ª Reunião Ordinária	Indaiatuba (SP)

2.2.2 CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

A Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) foi instituída para promover a coleta, sistematização, armazenamento e divulgação de informações sobre estudos, pesquisas, desenvolvimento tecnológico e trabalhos nas áreas de recursos hídricos subterrâneos, de interesse da região dos Comitês PCJ e a implantação de forma integrada e consensual entre seus membros, de ações emergenciais que visem garantir condições mínimas para a utilização racional das águas subterrâneas, em sua área de atuação.

A CT-AS propõe procedimentos específicos referentes à outorga, à integração de ações de cadastro e fiscalização entre órgãos estaduais, federais, municipais e iniciativa privada e também propõe aos Comitês PCJ ações a serem incluídas no Plano das Bacias PCJ referente às águas subterrâneas. Em 2015, a CT-AS realizou quatro reuniões, sendo:

Entre os temas discutidos pela CT-AS estiveram:

- Restituição do GT-Controle para o mandato 2015-2017;
- Apresentação do prof. Ricardo Hirata, do Centro de Pesquisa de Águas Subterrâneas (Cepa) da Universidade de São Paulo (USP), sobre a captação de águas subterrâneas no município de Itirapina para auxiliar no abastecimento de água da região de Piracicaba;
- Redefinição das atribuições da Câmara Técnica;
- Planejamento de atividades e ações para o mandato 2015-2017, reunidos no Plano de Trabalho;
- Realização do III Workshop de Águas Subterrâneas dos Comitês PCJ - Conhecer para usar e proteger, nos dias 12 e 13 de novembro, em Rio Claro (SP).

2.2.3 CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) foi constituída para a proposição, divulgação, assistência na consolidação e implementação de uma Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, bem como para a divulgação das ações decorrentes de sua aplicação nos diversos segmentos da sociedade.

A CT-EA, também, subsidia os Comitês PCJ para a tomada de decisões e na elaboração do Plano de Bacias e do Relatório de Situação dos Comitês PCJ com relação temática.

No ano de 2015, a CT-EA realizou sete reuniões, sendo:

<i>Data</i>	<i>Reunião</i>	<i>Município</i>
07 de maio	39ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
11 de junho	40ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
04 de agosto	41ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
15 de outubro	42ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)

<i>Data</i>	<i>Reunião</i>	<i>Município</i>
10 de fevereiro	69ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
14 de abril	70ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
09 de junho	71ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
30 de junho	19ª Reunião Extraordinária	Hortolândia (SP)
18 de agosto	72ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
16 de outubro	73ª Reunião Ordinária	Bragança Paulista (SP)
15 de dezembro	74ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)

Os principais temas discutidos no âmbito da CT-EA foram:

- Realização de encontros sobre eventos extremos em parceria com o Consórcio PCJ;
- Redefinição das atribuições da Câmara Técnica;
- Elaboração de Plano de Trabalho para o biênio 2015-2017;
- Análise do programa de educação ambiental do aterro de Americana;
- Desenvolvimento e veiculação de programas educacionais na TV-PCJ;
- Acompanhamento das atividades do GT-Estiagem 2015;
- Parceria no projeto CriAtividade, da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP);
- Desenvolvimento de manifesto quanto ao processo de renovação da outorga do Sistema Cantareira;
- Criação da ANPPEA - Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental em Piracicaba;

Além disso, a CT-EA participou das discussões e organização do XIII Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos; da organização de oficinas ambientais; e do acompanhamento de empreendimentos de

educação ambiental.

A CT-EA discutiu, ainda, programas de educação ambiental do empreendimento “aterro de produtos não-perigosos de Americana”, submetido aos Comitês PCJ por ocasião do respectivo licenciamento.

2.2.4 CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISAS E TECNOLOGIAS

A Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID) integra projetos e ações tecnológicas e científicas desenvolvidas no âmbito das diversas entidades, com o objetivo de implantar mecanismos de consulta e acompanhamento de atividades realizadas pela comunidade científica e pelo poder público, assessorando os Comitês PCJ nas questões relativas à tecnologia, aperfeiçoamento de recursos humanos, divulgação e comunicação social. Em 2015, a CT-ID realizou seis reuniões, sendo:

<i>Data</i>	<i>Reunião</i>	<i>Município</i>
09 de abril	64ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
08 de maio	65ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
08 de junho	66ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
15 de julho	67ª Reunião Ordinária (conjunta com CT-PB, CT-SA, CT-SAM e CT-OL)	Limeira (SP)
19 de agosto	68ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
21 de outubro	69ª Reunião Ordinária	Jaguariúna (SP)

Nessas reuniões, foram discutidos temas de grande relevância no contexto de trabalho da CT-ID, como:

- Desenvolvimento de proposta conjunta com as câmaras técnicas de Saneamento, Saúde Ambiental, Outorgas e Licenças e Plano de Bacias, de uma proposta de considerações quanto ao processo de renovação da outorga do Sistema Cantareira;
- Redefinição das atribuições da Câmara Técnica;
- Elaboração de Plano de Trabalho para o biênio 2015-2017;
- Acompanhamento das atividades do GT-Estiagem 2015.

2.2.5 CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

A Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria) foi criada para auxiliar na consolidação, avaliação e acompanhamento da implementação da política para o uso consciente dos recursos hídricos no âmbito industrial.

A CT-Indústria auxilia na divulgação dessa política e nas ações decorrentes de sua aplicação nos diversos segmentos da sociedade, além de estudar e promover discussões sobre o uso sustentável dos recursos hídricos na indústria. Propõe diretrizes e ações conjuntas para promover a integração entre indústrias e outras Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, a fim de otimizar a criação de projetos e a tomada de decisão na elaboração dos Planos de Bacias e dos Relatórios de Situação dos Comitês PCJ.

No ano de 2015, a CT- Indústria realizou seis reuniões, como demonstrado a seguir:

<i>Data</i>	<i>Reunião</i>	<i>Município</i>
25 de fevereiro	47ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
22 de abril	48ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
10 de junho	49ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
13 de julho	2ª Reunião Extraordinária	Campinas (SP)
19 de agosto	50ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
21 de outubro	51ª Reunião Ordinária	Santo Antônio de Posse (SP)

Nessas reuniões, foram discutidos temas de grande relevância no contexto de trabalho da CT-IND, como:

- Desenvolvimento de proposta conjunta com as câmaras técnicas de Saneamento, Saúde Ambiental, Outorgas e Licenças e Plano de Bacias, de uma proposta de considerações quanto ao processo de renovação da outorga do Sistema Cantareira;
- Redefinição das atribuições da Câmara Técnica;
- Elaboração de Plano de Trabalho para o biênio 2015-2017;
- Acompanhamento das atividades do GT-Estiagem 2015.

2.2.6 CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO

A Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) tem como fundamentos a coleta e análise de dados referentes à quantidade e qualidade das águas, depósitos hidrométricos existentes ou que venham a se instalar nas Bacias PCJ, acompanhando estudos, obras e ações relacionadas com a ampliação, modernização e integração da rede de monitoramento hidrológico na área de atuação dos Comitês PCJ.

Uma de suas atribuições é a discussão e proposição de ações aos seus membros visando definir regras operativas, adequações técnicas, execução de obras e implementação de medidas preventivas e corretivas para a operação e manutenção de reservatórios, captação de água e efluentes líquidos, e fornecimento de subsídios com dados de quantidade, qualidade de água e operação de obras hidráulicas, que servirão como base para projetos dos Comitês PCJ. Em 2015, foram realizadas 12 reuniões pela CT-MH, como segue:

<i>Data</i>	<i>Reunião</i>	<i>Município</i>
30 de janeiro	141ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
27 de fevereiro	142ª Reunião Ordinária	Limeira (SP)
31 de março	143ª Reunião Ordinária	Jaguariúna (SP)
30 de abril	144ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
29 de maio	145ª Reunião Ordinária	Atibaia (SP)
30 de junho	146ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
31 de julho	147ª Reunião Ordinária	Paulínia (SP)
31 de agosto	148ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
30 de setembro	149ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
29 de outubro	150ª Reunião Ordinária	Paulínia (SP)
30 de novembro	151ª Reunião Ordinária	Jundiá (SP)
29 de dezembro	152ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)

Vale ressaltar que, precedendo as reuniões, ocorreram os encontros do GT- Cantareira, grupo de trabalho construído no âmbito da CT-MH que trata das questões afetas as descargas dos Reservatórios do Sistema Cantareira, que serviram principalmente para o aprimoramento dos trabalhos já desenvolvidos e, essencialmente, para a apresentação da situação dos mananciais.

As discussões da CT-MH foram pautadas pela situação dos mananciais do Sistema Cantareira, informações dos usuários e pelas condições hidrometeorológicas conferidas mediante verificações mensais, análise de comunicados da Agência Nacional de Águas (ANA) Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), das condições climáticas, perspectivas e tendências, com proposta de descargas dos Reservatórios do Sistema Cantareira para as Bacias PCJ.

A CT-MH também recebeu, organizou e encaminhou para seus membros, para a sala de situação PCJ, para o Secretário-executivo dos Comitês PCJ, e para o GT-Estiagem 2015 ocorrências relacionadas aos problemas da estiagem, assim como discussão e apoio ao contrato de realização da manutenção da Rede Telemétrica dos Comitês PCJ.

A CT-MH discutiu a atualização de suas atribuições e elaborou seu Plano de Trabalho para o biênio 2015-2017.

Além disso, a câmara técnica realizou discussões acerca do desassoreamento do canal de Piracaia, dos projetos executivos das barragens de Duas Pontes e Pedreira, assim como a criação de um grupo de trabalho (GT-Barragens) para discutir sobre o tema.

2.2.7 CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

A Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) foi instituída para manifestar sobre propostas ou questões específicas nos seguintes assuntos: reenquadramento de corpos d'água; regulamentação de Áreas de Proteção Ambiental (APAs); questões de uso do solo e planejamento regional; aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos; e conflitos de uso de recursos hídricos.

A CT-OL deve efetuar diagnósticos, análises e proposição de critérios e procedimentos no que se refere a outorgas e licenças, com o objetivo de racionalizar os procedimentos para a emissão, pelos órgãos competentes, de outorga para o uso da água e licenciamento ambiental, integrar os procedimentos dos órgãos competentes na emissão de outorgas e licenças visando agilizar os processos e benefícios aos usuários de recursos hídricos e definir critérios técnicos para constar do Plano das Bacias PCJ.

Na CT-OL, realizaram-se sete reuniões ao longo do ano de 2015:

<i>Data</i>	<i>Reunião</i>	<i>Município</i>
28 de janeiro	52ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
20 de março	53ª Reunião Ordinária	Jaguariúna (SP)
15 de maio	54ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
12 de junho	55ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
15 de julho	2ª Reunião Conjunta CT-OL, CT-PB, CT-ID, CT-SA, CT-SAM	Limeira (SP)
25 de setembro	56ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
27 de novembro	57ª Reunião Ordinária	Jundiaí (SP)

Foram discutidas, entre outros assuntos, a análise de questões específicas quanto aos múltiplos usos, insignificantes e preponderantes de recursos hídricos; redefinição das atribuições da Câmara Técnica; elaboração de Plano de Trabalho para o biênio 2015-2017.

Além disso, a câmara técnica participou do desenvolvimento de proposta conjunta com as câmaras técnicas de Saneamento, Saúde Ambiental, Plano de Bacias e Integração e difusão de Pesquisas e Tecnologias, de uma proposta de considerações quanto ao processo de renovação da outorga do Sistema Cantareira;

2.2.8 CÂMARA TÉCNICA DE PLANO DE BACIAS

A Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) foi criada para acompanhar a implementação dos programas e ações de investimentos previstos no Plano de Bacias. Entre seu arcabouço de atividades, encontram-se:

- Fomento de investimentos voltados ao controle do uso e da ocupação do solo;
- Proposição de critérios para priorização de investimentos;
- Incentivo para os programas de comunicação e sensibilização da importância do Plano de Bacias;
- Estabelecimento de instrumentos de integração dos municípios, visando o cumprimento das metas.

A CT-PB ainda é responsável por avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano, analisar e propor a readequação de prioridades e revisão periódica do Plano de Bacias; incentivar a criação de modelo unificado de informações; acompanhar e avaliar a elaboração de Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ; estudar, discutir e promover discussões, avaliar e propor diretrizes, critérios e valores para a revisão e aplicação da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos; e propor diretrizes e fomentar ações

conjuntas para a integração e otimização de procedimentos entre as instituições vinculadas à gestão dos recursos hídricos e à Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos.

Na CT-PB, foram realizadas sete reuniões ao longo do ano de 2015:

<i>Data</i>	<i>Reunião</i>	<i>Município</i>
25 de fevereiro	60ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
29 de abril	61ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
09 de junho	62ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
08 de julho	1ª Reunião Conjunta CT-PB, CT-SA, CT-SAM	Limeira (SP)
15 de julho	2ª Reunião Conjunta CT-OL, CT-PB, CT-ID, CT-SA, CT-SAM	Limeira (SP)
26 de agosto	63ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
06 de novembro	64ª Reunião Ordinária	Holambra (SP)

Nesse período, ocorreram discussões sobre Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ - 2015 (ano base 2014); acompanhamento das metas e relatório de avaliação do PAP; análise dos relatórios técnicos elaborados pela Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Cobrape) referente ao detalhamento das ações para efetivação do enquadramento; e análise do empreendimento da barragem de Pedreira e Duas Pontes; redefinição das atribuições da Câmara Técnica; elaboração de Plano de Trabalho para o biênio 2015-2017.

No dia 16 de outubro, foi realizada, em Rio Claro, uma oficina teste de treinamento do Sistema de Suporte à Decisão (SSD-PCJ) versão 2, previsto na atualização do Plano das Bacias PCJ 2010-2020.

A câmara técnica também desenvolveu, em conjunto com as câmaras técnicas de Saneamento, Saúde Ambiental, Outorgas e Licenças e Integração e Difusão de pesquisas e Tecnologias, de uma proposta de considerações quanto ao processo de renovação da outorga do Sistema Cantareira.

A CT-PB ainda gerencia as ações de seus Grupos de Trabalho, que são: GT- Acompanhamento; GT- Articulação Institucional e GT- Cobrança, que realizaram três reuniões no ano de 2015.

No âmbito dos trabalhos dos GTs especificados, foram discutidas definições de estratégia e elaboração de projeto para estabelecimento de políticas municipais de recursos hídricos; interação com instituições-parceiras dos Comitês PCJ com o objetivo de promover a adoção de modelos de simulações para determinação do balanço hídrico (GT-Articulação); realização de ajustes do Termo de Referência para a revisão do Plano de Bacias (GT - Acompanhamento).

2.2.9 CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

A Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) tem como atribuições as análises e manifestações sobre propostas ou questões específicas que interfiram nos seguintes assuntos: conservação e proteção do solo, desenvolvimento florestal, incluindo matas ciliares, conservação e proteção dos recursos hídricos quanto aos efeitos nocivos da erosão do solo rural e poluição agrícola e proteção de mananciais de abastecimento público. As seis reuniões realizadas pela CT-RN, em 2015, foram:

<i>Data</i>	<i>Reunião</i>	<i>Município</i>
11 de fevereiro	61ª Reunião Ordinária	Nova Odessa (SP)
08 de abril	62ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
11 de junho	63ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
07 de julho	64ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
08 de setembro	65ª Reunião Ordinária	Nova Odessa (SP)
17 de novembro	66ª Reunião Ordinária	Nova Odessa (SP)

Nesses encontros, foram discutidos, entre outros assuntos, o desenvolvimento do termo de referência para atualização

do Plano Diretor de Recomposição Florestal das Bacias PCJ, disponibilidade hídrica nas bacias PCJ em relação as demandas do Sistema Cantareira; acompanhamento do projeto de reflorestamento desenvolvido entre Replan/Petrobras e Consórcio PCJ; a Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ; redefinição das atribuições da Câmara Técnica; elaboração de Plano de Trabalho para o biênio 2015- 2017.

2.2.10 CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

A Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT- Rural) foi criada para propor uma política para uso e conservação da água no meio rural para os Comitês PCJ e auxiliar na consolidação, avaliação, acompanhamento e divulgação da implementação dessa Política.

A CT-Rural deve, também, estudar e promover discussões sobre o uso sustentável dos recursos hídricos no meio rural; propor diretrizes e ações conjuntas e promover a integração e a otimização de procedimentos, entre as instituições que atuam no meio rural, visando à preservação, conservação e uso sustentável dos recursos hídricos; interagir com as outras Câmaras Técnicas, a fim de subsidiar os Comitês PCJ para a tomada de decisões nas Bacias PCJ. No ano de 2015 a CT-Rural realizou 11 reuniões, sendo:

<i>Data</i>	<i>Reunião</i>	<i>Município</i>
06 de fevereiro	92ª Reunião Ordinária	Charqueada (SP)
13 de março	93ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
10 de abril	94ª Reunião Ordinária	Limeira (SP)
15 de maio	95ª Reunião Ordinária	Nova Odessa (SP)
12 de junho	96ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
15 de julho	97ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
14 de agosto	98ª Reunião Ordinária	Jaguariúna (SP)
10 de setembro	99ª Reunião Ordinária	Nova Odessa (SP)
16 de outubro	100ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
14 de novembro	101ª Reunião Ordinária	Nova Odessa (SP)
11 de dezembro	101ª Reunião Ordinária	Bragança Paulista (SP)

Foram abordados, entre outros temas, propostas relacionadas à renovação da outorga do Sistema Cantareira, barragens de Pedreira e de Duas Pontes e Pagamento por Serviços Ambientais (PSA);

A câmara técnica desenvolveu atividades relacionadas a compreensão e auxílio aos produtores rurais quanto a Portaria DAEE nº 761, de 09 de março de 2015, que estabeleceu a necessidade de desenvolvimento de ações de monitoramento e fiscalização do cumprimento das restrições de uso previstas na Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 50, de 21 de janeiro de 2015 para usuários de recursos hídricos situados nas bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Assim como discutiu propostas de revisão da mesma.

Em parceria com a ABES, a CT- Rural também realizou o seminário sobre Saneamento Rural, nos dias 22 e 23 de junho de 2015, em Campinas.

A câmara técnica também auxiliou no desenvolvimento da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ.

2.2.11 CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO

A Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) tem como objetivo apoiar os Comitês PCJ nas ações pertinentes às Políticas Estaduais e Federal de Saneamento, em especial, discutir e propor Planos Regionais de Saneamento Ambiental para integrar o Plano de Saneamento e suas atualizações. Também objetiva promover estudos, divulgação e debates a respeito de programas prioritários de ações, serviços e obras a serem realizadas no interesse da coletividade. Pela CT-SA, foram realizadas oito reuniões, conforme segue:

<i>Data</i>	<i>Reunião</i>	<i>Município</i>
12 de fevereiro	66º Reunião Ordinária	Santa Bárbara d'Oeste (SP)
26 de fevereiro	Reunião Conjunta com a CT-PB	Piracicaba (SP)
13 de março	11º Reunião Extraordinária	Piracicaba (SP)
10 de abril	62º Reunião Ordinária	Americana (SP)
12 de junho	63º Reunião Ordinária	Campinas (SP)
14 de agosto	64º Reunião Ordinária	Limeira (SP)
09 de outubro	65º Reunião Ordinária	Jaguariúna (SP)
11 de dezembro	66º Reunião Ordinária	Bragança Paulista (SP)

A atuação da CT-SA destaca-se com realização de 39 análises de pré- qualificação dos empreendimentos de demanda espontânea - inscritos para obtenção de financiamento com recursos de 2014, das Cobranças PCJ e Fehidro, além da discussão de temas como: elaboração do plano de trabalho da Câmara Técnica e de seus Grupos técnicos; utilização de membranas filtrantes com tratamento terciário de efluentes e de processos oxidativos avançados visando a potabilização de água; elaboração de propostas e/ ou recomendações para a Renovação da Outorga do Sistema Cantareira; encaminhamento de manifestação ao Grupo de Atuação Especial de defesa do Meio Ambiente (Gaema-PCJ) sobre a importância do sistema adutor para as Bacias PCJ e análise do EIA/RIMA do mesmo; análise do EIA/ RIMA do empreendimento de ampliação do aterro sanitário de Bragança Paulista.

Além dessas atividades, foram criados Grupos Técnicos para estudar melhor diversos temas e impactos, entre eles o da drenagem nas Bacias PCJ: GT-Resíduos Sólidos, GT- Água, GT-Esgoto, GT-Drenagem e GT- Saneamento no meio Rural.

2.2.12 CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

A Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) foi instituída para colaborar e fomentar a implementação de ações de melhoria e recuperação dos corpos d'água e da água tratada, visando melhorar a saúde ambiental e humana; implementar programas e projetos na área dos Comitês PCJ, em parceria com instituições de ensino e pesquisa; desenvolvimento de novas metodologias e processos aplicados aos estudos dos mananciais e de tratamento de água; e identificar riscos referentes a doenças transmitidas através da água contaminada, entre outros temas relacionados.

Também auxilia na implementação de novas legislações e revisões e na implementação de laboratórios e centros de referências para controle e vigilância da qualidade da água. Ainda nesse contexto, acompanha ações de monitoramento microbiológico nos corpos hídricos na área de atuação dos Comitês PCJ e atua como fórum de discussões para questões globais, subsidiando os Comitês PCJ na tomada de decisões. Em 2015, a CT-SAM promoveu as seguintes reuniões:

As reuniões tiveram como objetivos de discutir:

- Relatório de avaliação de toxicidade do efluente da Refinaria de Paulínia - Replan; aspectos relacionados à renovação da outorga do Sistema Cantareira;
- Disponibilidade hídrica qualitativa e quantitativa nas Bacias PCJ durante o período de estiagem de 2015;
- Manifestação quanto aos aspectos relacionados aos recursos hídricos para o projeto de Implantação da Interligação entre as Represas Jaguari (Bacia do Paraíba do Sul) e Atibainha (Bacias PCJ); redefinição das atribuições da Câmara Técnica;
- Elaboração de Plano de Trabalho para o biênio 2015-2017;
- Apresentação do Diagnóstico Ambiental e mapeamento da Infestação visando ao controle e monitoramento do carrapato estrela, *Amblyomma Cajannense*, vetor de febre maculosa e de mosquitos vetores ao longo do prolongamento da Avenida Mackenzie em Campinas (SP).

Data	Reunião	Município
10 de março	56ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
30 de abril	57ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
12 de junho	58ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
08 de julho	1ª Reunião Conjunta CT-PB, CT-SA, CT-SAM	Limeira (SP)
15 de julho	2ª Reunião Conjunta CT-OL, CT-PB, CT-ID, CT-SA, CT-SAM	Limeira (SP)
04 de agosto	59ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
12 de novembro	60ª Reunião Ordinária	Limeira (SP)
02 de dezembro	61ª Reunião Ordinária	Santa Gertrudes (SP)

2.3 COMPARATIVOS ENTRE AS GESTÕES 2013/2015 E 2015/2017

Tabela 1 - Relação de Câmaras Técnicas (CTs), entidades participantes e membros: comparativo entre as gestões 2013/2015 e 2015/2017

Câmaras Técnicas	Entidades	Membros	Entidades	Membros
	2013/2015		2015/2017	
CT-AS	31	68	32	66
CT-EA	57	141	43	111
CT-ID	17	29	18	33
CT-INDÚSTRIA	17	35	40	83
CT-MH	32	80	32	86
CT-OL	31	74	31	90
CT-PB	33	74	32	72
CT-RN	42	92	41	98
CT-RURAL	42	83	49	95
CT-SA	35	75	25	62
CT-SAM	29	63	23	49

Tabela 2 - Quantidade de membros e entidades participantes nas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ

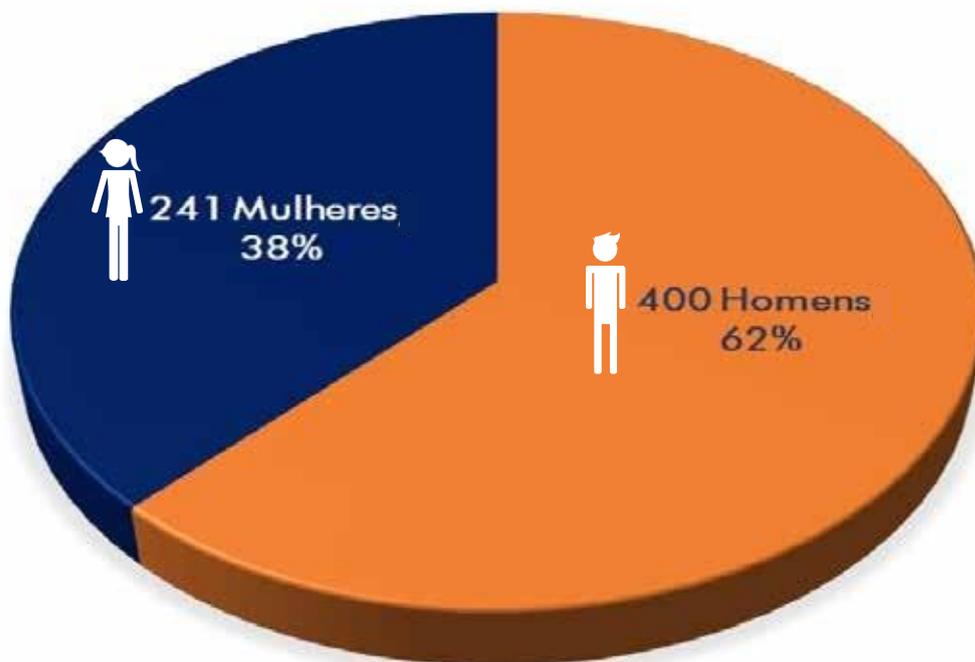
Gestão 2013-2015		Gestão 2015-2017	
Entidades	Membros	Entidades	Membros
163	614	180	641

Ressaltamos que a expressiva participação de entidades, em 2015, ocorreu em função do trabalho desenvolvido pelos Comitês PCJ ao longo de 24 anos de atividades, completados em 2016. Os Comitês PCJ têm mantido um relacionamento sério com as entidades parceiras, fato que alavancou novas entidades a participarem de seu plenário.

Atentamos, para o fato de que as participações de entidades e membros do CBH-PJ estão contabilizadas nos biênios informados, porém, devido a legislação mineira, os mandatos se renovam a cada quatro anos.

A Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), cuja função principal é integrar e articular as ações das demais Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, é formada por entidades e membros eleitos e participantes do Plenário dos Comitês PCJ, sendo que os números de participações na CT-PL não foram incluídos nas Tabelas de números 1 e 2.

Gráfico 1: Membros das Câmaras Técnicas por Gênero - Gestão 2015/2017



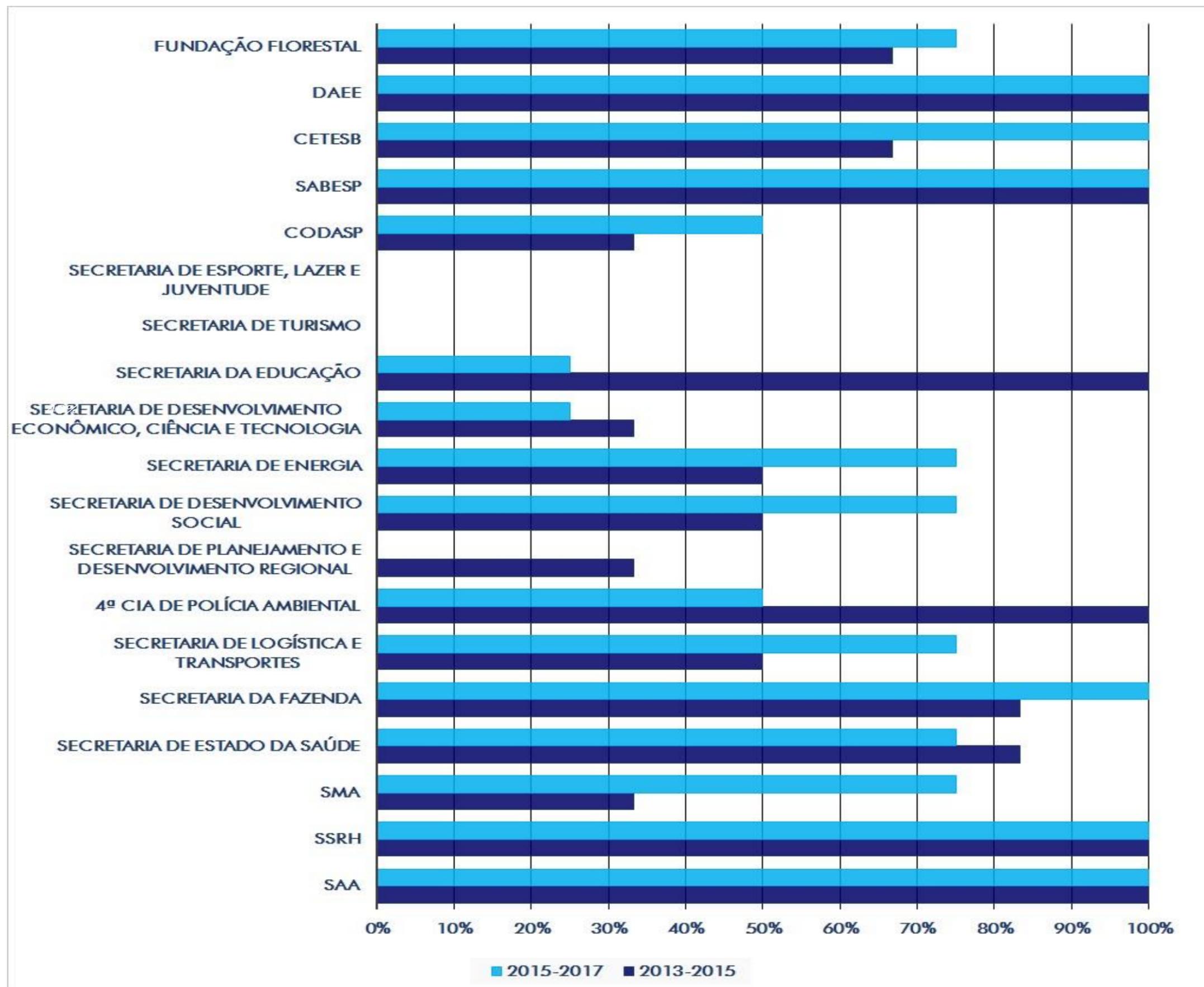
Nota 2

Comparativo de participação por gênero nas Câmaras Técnicas durante o mandato de 2015/2017.

2.4. GRÁFICOS COMPARATIVOS DAS PARTICIPAÇÕES DOS SEGMENTOS NAS GESTÕES 2013/2015 E 2015/2017 E DESCRIÇÃO DAS ENTIDADES NA GESTÃO 2015/2017.

Os gráficos apresentados nesta seção denotam a comparação dos percentuais de participações dos segmentos dos Comitês PCJ durante as Gestões de 2013/2015 e a de 2015/2017.

Gráfico 2 - Órgãos do Estado de São Paulo



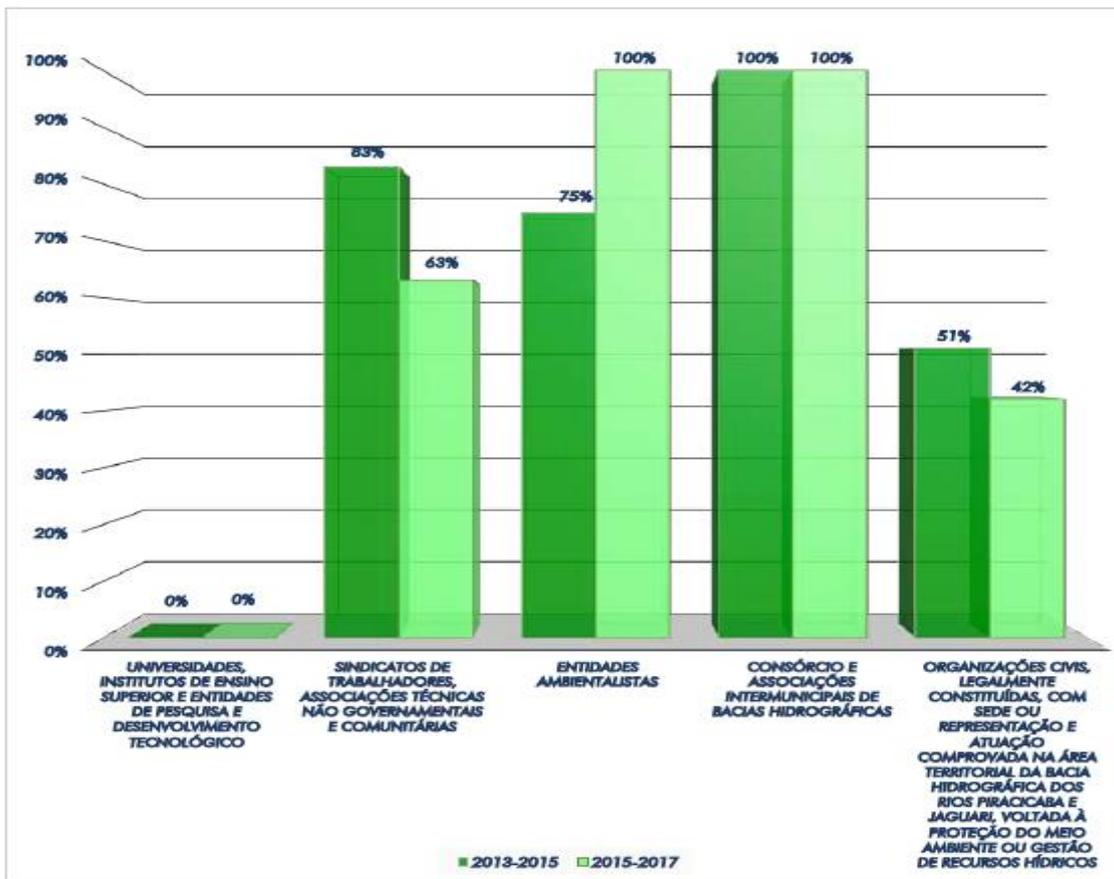
Nota 3

Comparativo de participações nos plenários dos Comitês PCJ nos mandatos 2013/2015 e 2015/2017 pelo segmento órgãos de governo paulista nota-se um acréscimo na participação do segmento no mandato 2015-2017.

Tabela 3 - Órgão do Estado de São Paulo - Gestão 2015/2017

Vaga	Membro Titular	Membro Suplente
01	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
02	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos
03	Secretaria de Estado do Meio Ambiente	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
04	Secretaria de Estado da Saúde	Secretaria de Estado da Saúde
05	Secretaria de Estado da Fazenda	Secretaria de Estado da Fazenda
06	Secretaria de Logística e Transportes	Secretaria de Logística e Transportes
07	Secretaria de Estado da Segurança Pública - 4ª-Companhia de Polícia Ambiental	Secretaria de Estado da Segurança Pública - 4ª-Companhia de Polícia Ambiental
08	Secretaria de Planejamento e Gestão	Secretaria de Planejamento e Gestão
09	Secretaria de Desenvolvimento Social	Secretaria de Desenvolvimento Social
10	Secretaria de Estado de Energia	Secretaria de Estado de Energia
11	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia	Secretaria de Estado da Educação
12	Secretaria de Estado do Turismo	Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude
13	Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (Codasp)	Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (Codasp)
14	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp)	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp)
15	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb)	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb)
16	Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE)	Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE)
17	Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo	Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo

Gráfico 3 - Organizações Civis



Nota 4

Comparativo de participações nos plenários dos Comitês PCJ referentes aos mandatos 2013/2015 e 2015/2017 pelo segmento organização civil (paulistas e mineiros) a participação ocorreu de forma contínua, ou seja, sem alterações significativas. Porém, verifica-se a ausência de setores como universidades, institutos de ensino superior e entidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, de caráter público.

Ressaltamos que houve uma alteração na denominação destes setores para o de segmentos de órgãos de governo e a ausência de indicação dos mesmos nos Plenários dos Comitês PCJ. Destacamos também que no segmento entidades ambientalistas houve apenas a indicação para duas vagas. Dessa forma as vagas destinadas aos mesmos foram preenchidas nos termos do Anexo I da Deliberação Comitês PCJ nº 205 de 08 de agosto de 2014.

Tabela 4 - Organizações Civis - Gestão 2013/2015

I - UNIVERSIDADES, INSTITUTOS DE ENSINO SUPERIOR E ENTIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, PRIVADOS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Unimep – Universidade Metodista de Piracicaba	Unimep – Universidade Metodista de Piracicaba	SP	X	X

II - SINDICATOS DE TRABALHADORES, ASSOCIAÇÕES TÉCNICAS NÃO-GOVERNAMENTAIS E COMUNITÁRIAS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Associação do Rotary Club – Rotary Internacional – D4590	Fórum das Américas	SP	X	X
2	Abes – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental	Associação dos Engenheiros de Jundiaí	SP	X	X
3	Associação de Arquitetos, Engenheiros e Agrônomos da Região de Amparo	AAEAAN – Associação de Arquitetos, Engenheiros e Agrônomos de Artur Nogueira	SP	X	X

III - ENTIDADES AMBIENTALISTAS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Florespi – Associação de Recuperação Florestal da Bacia do Rio Piracicaba e Região	Ipsa – Instituto de Proteção Sócio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí	SP	X	X
2	Fórum Permanente das Entidades que exercem atividades ambientais nas bacias dos Rios PCJ	Elo Ambiental	SP	X	X
3	Elo Ambiental	Florespi – Associação de Recuperação Florestal da Bacia do Rio Piracicaba e Região	SP	X	X
4	Ipsa – Instituto de Proteção Sócio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí	Fórum Permanente das Entidades que exercem atividades ambientais nas bacias dos Rios PCJ	SP	X	X

IV - CONSÓRCIOS E ASSOCIAÇÕES INTERMUNICIPAIS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Consórcio PCJ	Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Consórcio PCJ	SP	X	X

V - ORGANIZAÇÕES CIVIS VOLTADAS À PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE OU GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PIRACICABA E JAGUARI

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PJ	PCJ FEDERAL
1	Associação dos Atrativos do Salto	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES	MG	X	X
2	Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana – BLOSS	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais – SINDAGUA.	MG	X	
3	Associação Circuito Serras Verdes do Sul de Minas Gerais – Brasil	Associação Circuito Serras Verdes do Sul de Minas Gerais – Brasil	MG	X	

Tabela 5 - Organizações Civis - Gestão 2015/2017

I - SINDICATOS DE TRABALHADORES, ASSOCIAÇÕES TÉCNICAS NÃO-GOVERNAMENTAIS E COMUNITÁRIAS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	AESabesp – Associação dos Engenheiros da Sabesp	Associação do Rotary Club – Rotary Internacional – D4590	SP	X	X
2	Associação do Rotary Club – Rotary Internacional – D4590	AESabesp – Associação dos Engenheiros da Sabesp	SP	X	X
3	Associação do Rotary Club – Rotary Internacional – D4590	Fórum das Américas	SP	X	X
4	AEJ – Associação dos Engenheiros de Jundiaí	AESabesp – Associação dos Engenheiros da Sabesp	SP	X	X
5	Abes – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental	Aean – Associação de Arquitetos, Engenheiros e Agrônomos de Artur Nogueira	SP	X	X
6	Fórum das Américas	AAEAA – Associação de Arquitetos, Engenheiros e Agrônomos da Região de Amparo	SP	X	X

II - ENTIDADES AMBIENTALISTAS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Ipsa – Instituto de Proteção Sócio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí	Inevat – Instituto Estudos Vale do Tietê	SP	X	X
2	Inevat – Instituto Estudos Vale do Tietê	Ipsa – Instituto de Proteção Sócio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí	SP	X	X

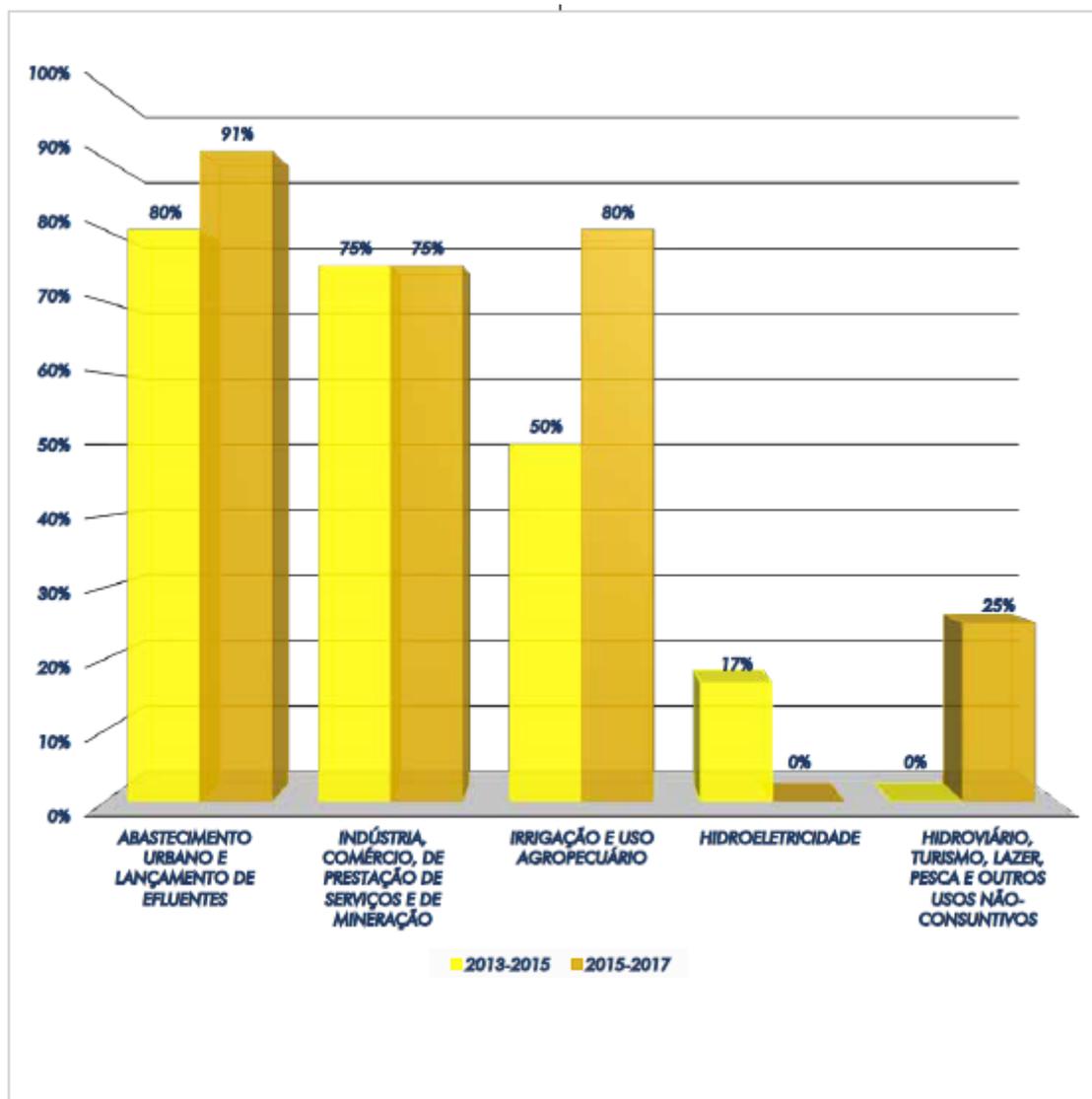
III - CONSÓRCIOS E ASSOCIAÇÕES INTERMUNICIPAIS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Consórcio PCJ	Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Pirai – Consórcio Pirai	SP	X	X

IV - ORGANIZAÇÕES CIVIS VOLTADAS À PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE OU GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PIRACICABA E JAGUARI

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PJ	PCJ FEDERAL
1	Associação dos Atrativos do Salto	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES	MG	X	X
2	Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana – BIOSS	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais – SINDAGUA.	MG	X	
3	Associação Circuito Serras Verdes do Sul de Minas Gerais – Brasil	Associação Circuito Serras Verdes do Sul de Minas Gerais – Brasil	MG	X	

Gráfico 4 - Usuários de Recursos Hídricos



Nota 5

Neste gráfico é apresentada a participação do segmento usuários de recursos hídricos (paulistas e mineiros) nos plenários dos Comitês PCJ, nos mandatos 2013/2015 e 2015/2017. Verifica-se o aumento da participação do referido segmento na gestão 2015/2017, nos plenários dos Comitês PCJ. Porém, verifica-se a ausência de setores

como hidroviário, turismo, lazer, pesca e outros usos não consuntivos no mandato 2013-2015, e do setor hidroeletricidade no biênio 2015- 2017. Ressaltamos que as vagas destinadas aos mesmos foram preenchidas nos termos do Anexo I da Deliberação Comitês PCJ nº 205 de 08 de agosto de 2014.

Tabela 6 - Usuários de Recursos Hídricos - Gestão 2013/2015

I - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E LANÇAMENTO DE EFLUENTES URBANOS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	SP		X
2	Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	SP		X
3	DAE – Departamento de Água e Esgoto de Americana	Coden – Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa	SP		X
4	Abcon – Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto	Assemac – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	SP		X
5	Assemac – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	Assemac – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	SP	X	X
6	Assemac – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	Assemac – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	SP	X	X
7	Assemac – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	Assemac – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	SP	X	X

II - INDÚSTRIAS, COMÉRCIO, PRESTADORES DE SERVIÇOS E MINERAÇÃO

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Unica – União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo	Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo	SP	X	X
2	Ciesp – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – DR Limeira	Ciesp – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – DR Americana	SP	X	X
3	Ciesp – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – DR Jundiá	Ciesp – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – DR Indaiatuba	SP		X
4	Ciesp – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – DR Campinas	Ciesp – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – DR Bragança Paulista	SP		X
5	Ciesp – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – DR Piracicaba	Ciesp – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – DR Rio Claro	SP		X
6	Ciesp – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – DR Santa Bárbara d'Oeste	Simespi – Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânica, de Material Elétrica, Eletrônica, Siderúrgica e de Fundições	SP		X

III - IRRIGAÇÃO E USO AGROPECUÁRIO

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Sindicato Rural de Campinas	Sindicato Rural de Limeira	SP	X	X
2	Sindicato Rural de Rio Claro	Sindicato Rural de Indaiatuba	SP	X	X
3	Sindicato Rural de Amparo	Sindicato Rural de Bragança Paulista	SP		X

IV - HIDROELETRICIDADE

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	SindiEnergia – Sindicato da Indústria de Energia do Estado de São Paulo	SindiEnergia – Sindicato da Indústria de Energia do Estado de São Paulo	SP	X	X

V - USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PIRACICABA E JAGUARI

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PJ	PCJ FEDERAL
1	Copasa – Companhia de Saneamento de Minas Gerais	Copasa – Companhia de Saneamento de Minas Gerais	M G	X	X
2	Fiemg – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais	Fiemg – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais	M G	X	X
3	Sinmec – Sindicato de Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Extrema e Itapeva	Sindicato dos Produtores Rurais de Extrema	M G	X	X

Tabela 7 - Usuários de Recursos Hídricos - Gestão 2015/2017

I - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E LANÇAMENTO DE EFLUENTES URBANOS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	SP		X
2	Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	SP		X
3	DAE – Departamento de Água e Esgoto de Americana	Coden – Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa	SP		X
4	Abcon – Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto	Assemæe – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	SP		X
5	Assemæe – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	Assemæe – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	SP	X	X
6	Assemæe – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	Assemæe – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	SP	X	X

II - INDÚSTRIAS, COMÉRCIO, PRESTADORES DE SERVIÇOS E MINERAÇÃO

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo	Ciesp – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – DR Santa Bárbara d'Oeste	SP	X	X
2	Ciesp – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – DR Limeira	Ciesp – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – DR Americana	SP	X	X
3	Ciesp – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – DR Jundiaí	Ciesp – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – DR Indaiatuba	SP		X
4	Ciesp – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – DR Campinas	Ciesp – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – DR Bragança Paulista	SP		X
5	Ciesp – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – DR Piracicaba	Ciesp – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – DR Rio Claro	SP		X
6	Única – União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo	Sindareia – Sindicato das Indústrias de Extração de Areia do Estado de São Paulo	SP		X

III - IRRIGAÇÃO E USO AGROPECUÁRIO

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Sindicato Rural de Campinas	Sindicato Rural de Limeira	SP	X	X
2	Sindicato Rural de Rio Claro	Sindicato Rural de Indaiatuba	SP	X	X
3	Sindicato Rural de Monte Mor	Sindicato Rural de Salto	SP		X

IV - HIDROVIÁRIO, TURISMO, LAZER, PESCA E OUTROS USOS NÃO CONSUNTIVOS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Grude – Grupo de Defesa Ecológica da Bacia do Rio Piracicaba	Grude – Grupo de Defesa Ecológica da Bacia do Rio Piracicaba	SP	X	X

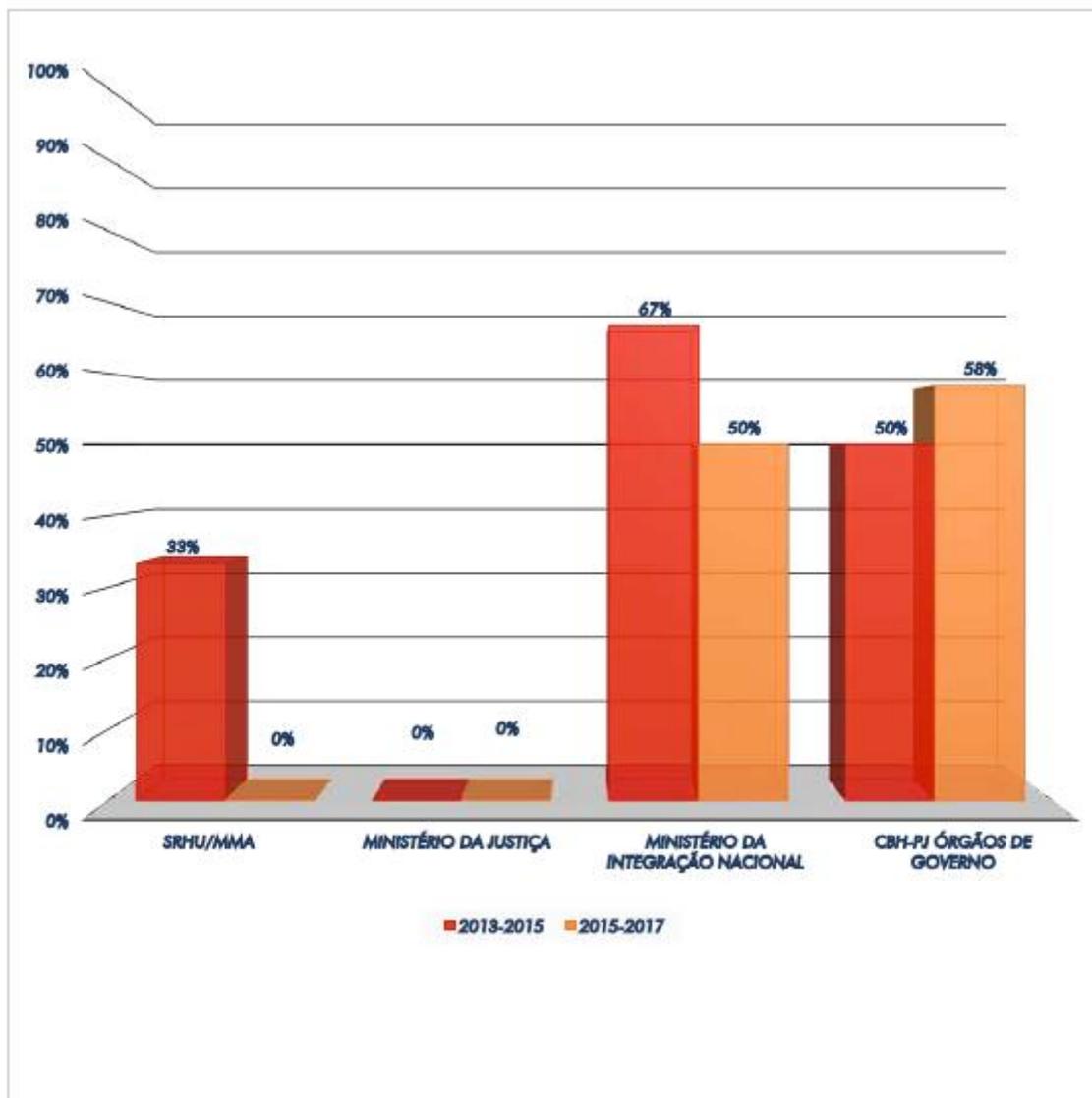
V - VAGA PREENCHIDA NOS TERMOS DO ART. 33 DO ANEXO II DA DELIBERAÇÃO COMITÊS PCJ Nº 205 DE 08 DE AGOSTO DE 2014

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Assemæe – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	Afocapi – Associação dos Fornecedoros de Cana de Piracicaba	SP	X	X

VI - USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PIRACICABA E JAGUARI

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PJ	PCJ FEDERAL
1	Copasa – Companhia de Saneamento de Minas Gerais	Copasa – Companhia de Saneamento de Minas Gerais	MG	X	X
2	Fiemg – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais	Fiemg – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais	MG	X	X
3	Sinmec – Sindicato de Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Extrema e Itapeva	Sindicato dos Produtores Rurais de Extrema	MG	X	X

Gráfico 5 - Órgãos do Governo Federal e do Estado de Minas Gerais



Nota 6

O gráfico apresenta a participação do segmento órgãos de governo federal e estadual mineiro nos plenários dos Comitês PCJ, nos mandatos 2013/2015 e 2015/2017, sendo que ocorreu de forma contínua, ou seja, sem alterações significativas.

TABELA 8 - ÓRGÃOS DO GOVERNO FEDERAL E DO ESTADO DE MINAS GERAIS - GESTÃO 2013/2015

I - ÓRGÃOS E ENTIDADES DA UNIÃO

Titular	Suplente
Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente
Ministério da Justiça	Ministério da Justiça
Ministério da Integração Nacional	Ministério da Integração Nacional

II - ÓRGÃOS E ENTIDADES DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Titular	Suplente
Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM	Instituto de Geociências Aplicadas – IGA
Instituto Estadual de Florestas – IEF	Polícia Civil de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA	Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA

Tabela 9 - Órgão do Governo Federal e do Estado de Minas Gerais - Gestão 2013/2015 I -

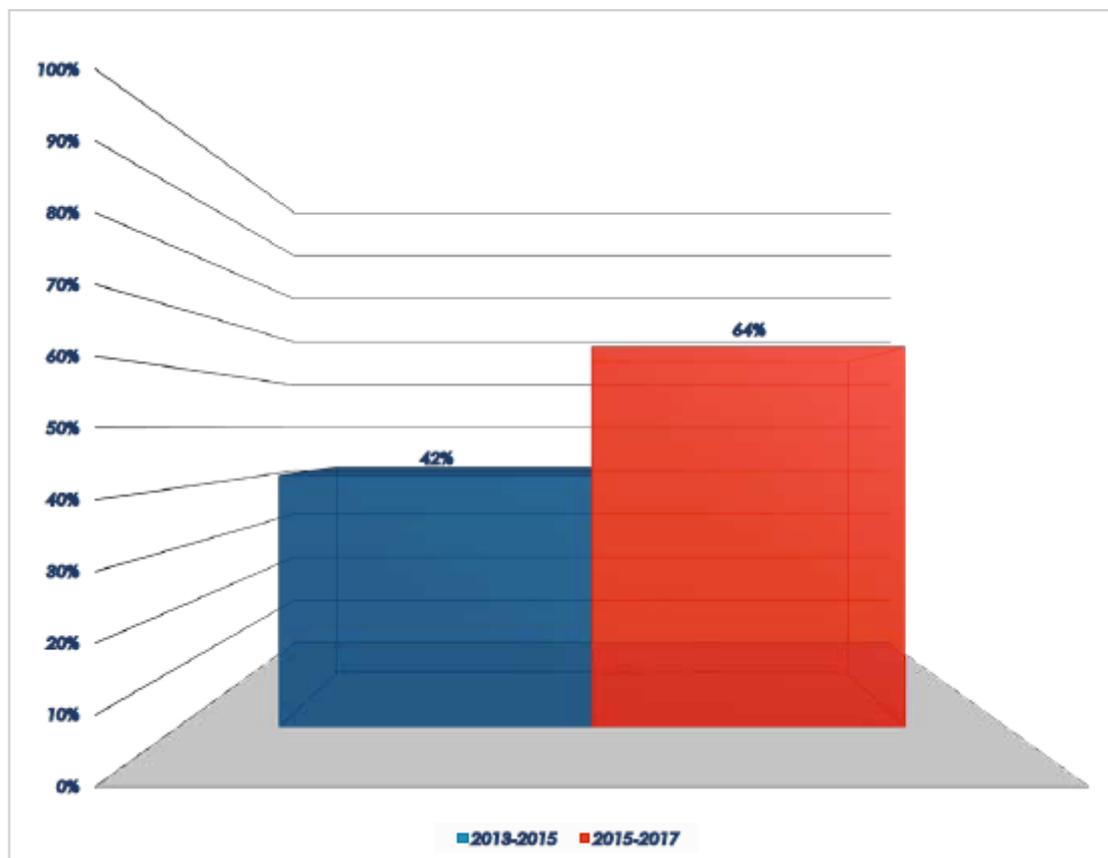
ÓRGÃOS E ENTIDADES DA UNIÃO

Titular	Suplente
Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente
Ministério da Justiça	Ministério da Justiça
Ministério da Integração Nacional	Ministério da Integração Nacional

II - ÓRGÃOS E ENTIDADES DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Titular	Suplente
Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM
Instituto Estadual de Florestas – IEF	Polícia Civil de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA	Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA

Gráfico 6 - Municípios com direito a voto



Nota 7

Este gráfico ilustra a participação do segmento municípios com direito a voto (paulistas e mineiros), nos plenários dos Comitês PCJ nos mandatos 2013-2015 e 2015-2017, apresentando um acréscimo da participação deste segmento em relação ao mandato anterior.

Ressaltamos que todos os municípios das Bacias PCJ são membros natos, porém, para se manter a proporcionalidade de votos, previsto nas legislações de recursos hídricos vigentes, apenas os apresentados nas Tabelas de números 10 e 11 possuem direito a voto, nas gestões 2013/2015 e 2015/2017, após processo eleitoral.

Tabela 10 - Municípios com direito a voto - Gestão 2013/2015

Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL
1	Prefeitura Municipal de Amparo	Prefeitura Municipal de Piracicaba
2	Prefeitura Municipal de Campinas	Prefeitura Municipal de Jarinú
3	Prefeitura Municipal de Indaiatuba	Prefeitura Municipal de Tuiuti
4	Prefeitura Municipal de Elias Fausto	Prefeitura Municipal de Ipeúna
5	Prefeitura Municipal de Iracemópolis	Prefeitura Municipal de Cosmópolis
6	Prefeitura Municipal de Salto	Prefeitura Municipal de Hortolândia
7	Prefeitura Municipal de Pedreira	Prefeitura Municipal de Valinhos
8	Prefeitura Municipal de Cordeirópolis	Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse
Vaga	Titular no Plenário do CBH-PCJ	Suplente no Plenário do CBH-PCJ
9	Prefeitura Municipal de Cabreúva	Prefeitura Municipal de Itatiba
10	Prefeitura Municipal de Corumbataí	Prefeitura Municipal de Jaguariúna
11	Prefeitura Municipal de Holambra	Prefeitura Municipal de Rio das Pedras
12	Prefeitura Municipal de São Pedro	Prefeitura Municipal de Nova Odessa
13	Prefeitura Municipal de Jundiá	Prefeitura Municipal de Limeira
14	Prefeitura Municipal de Morungaba	Prefeitura Municipal de Socorro
15	Prefeitura Municipal de Rio Claro	Prefeitura Municipal de Capivari
16	Prefeitura Municipal de Vargem	Prefeitura Municipal de Bragança Paulista
17	Prefeitura Municipal de Rafard	Prefeitura Municipal de Americana

Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL
1	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim
2	Prefeitura Municipal de Camanducaia	Prefeitura Municipal de Extrema
Vaga	Titular no Plenário do CBH-PJ	Suplente no Plenário do CBH-PJ
3	Prefeitura Municipal de Itapeva	Prefeitura Municipal de Toledo

Tabela 11 - Municípios com direito a voto - Gestão 2015/2017

Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL
1	Prefeitura Municipal de Piracicaba	Prefeitura Municipal de Piracicaba
2	Prefeitura Municipal de Holambra	Prefeitura Municipal de Jaguariúna
3	Prefeitura Municipal de Atibaia	Prefeitura Municipal de Vargem
4	Prefeitura Municipal de Capivari	Prefeitura Municipal de Americana
5	Prefeitura Municipal de Valinhos	Prefeitura Municipal de Indaiatuba
6	Prefeitura Municipal de São Pedro	Prefeitura Municipal de Dois Córregos
7	Prefeitura Municipal de Pedreira	Prefeitura Municipal de Cordeirópolis
8	Prefeitura Municipal de Jundiá	Prefeitura Municipal de Várzea Paulista
Vaga	Titular no Plenário do CBH-PCJ	Suplente no Plenário do CBH-PCJ
9	Prefeitura Municipal de Rafard	Prefeitura Municipal de Nazaré Paulista
10	Prefeitura Municipal de Campinas	Prefeitura Municipal de Campinas
11	Prefeitura Municipal de Saltinho	Prefeitura Municipal de Cosmópolis
12	Prefeitura Municipal de Salto	Prefeitura Municipal de Elias Fausto
13	Prefeitura Municipal de Itu	Prefeitura Municipal de Cabreúva
14	Prefeitura Municipal de Morungaba	Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Posse
15	Prefeitura Municipal de Rio Claro	Prefeitura Municipal de Analândia
16	Prefeitura Municipal de Louveira	Prefeitura Municipal de Piracaia
17	Prefeitura Municipal de Limeira	Prefeitura Municipal de Mogi Mirim

Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL
1	Prefeitura Municipal de Sapucaá-Mirim	Prefeitura Municipal de Sapucaá-Mirim
2	Prefeitura Municipal de Camanducaia	Prefeitura Municipal de Extrema
Vaga	Titular no Plenário do CBH-PJ	Suplente no Plenário do CBH-PJ
3	Prefeitura Municipal de Itapeva	Prefeitura Municipal de Toledo